



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Política Social e Serviço Social

**Sub-eixo: Seguridade Social – Políticas de Saúde, Políticas de Previdência Social,
Políticas de Assistência Social**

**TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS: UMA ANÁLISE A PARTIR DA ATUAÇÃO DOS
PROFISSIONAIS NAS POLÍTICAS SOCIAIS**

CLEIDE NAIR QUINTINO¹

GABRIEL DE OLIVEIRA TOMILHERO²

MICHELLY LAURITA WIESE³

RESUMO

Analisa-se o trabalho social com famílias desenvolvido por profissionais atuantes nas políticas de assistência social e saúde. Trata-se de pesquisa qualitativa com assistentes sociais e psicólogas/os, via aplicação de formulário, que revelou como desafios do trabalho social: precarização dos serviços, escassez de recursos, conservadorismo nas abordagens e responsabilização das famílias/mulheres.

Palavras-Chave: Família; Trabalho Social; Políticas Sociais.

ABSTRACT

Social work with families developed by professionals working in social assistance and health policies is analyzed. This is qualitative research with social workers and psychologists, using a form, which revealed the challenges of social work: precariousness of services, scarcity of resources, conservatism in approaches and accountability of families/women.

Keywords: Family; Social Work; Social Policies.

¹ Universidade Federal de Santa Catarina

² Universidade Federal de Santa Catarina

³ Universidade Federal de Santa Catarina

INTRODUÇÃO

O presente artigo se refere à discussão do trabalho social com famílias desenvolvido por profissionais que atuam em serviços sociais das políticas de assistência social e saúde. Trata-se de apresentar e refletir sobre os dados de uma pesquisa qualitativa realizada junto às/aos profissionais de diversas áreas que realizaram curso de extensão universitária de formação continuada em trabalho social com famílias. As informações foram coletadas por meio da aplicação de um formulário de caráter qualitativo, com questões abertas e fechadas, referente ao desenvolvimento do trabalho social com famílias nos serviços sociais de atuação de 54 das/os profissionais, no ano de 2023.

O referido curso de formação objetiva estreitar a relação da Universidade com a sociedade produzindo impactos no planejamento e execução das políticas sociais, por meio do compartilhamento e construção de conhecimentos ao possibilitar o acesso à formação continuada para a intervenção profissional na garantia de direitos sociais de cidadania, pública e gratuita, de profissionais de várias áreas, que trabalham em diferentes serviços dessas políticas sociais, em municípios distintos, de diferentes regiões. A centralidade da formação está na constituição de espaços de reflexão e construção de metodologias de trabalho social com famílias, de desenvolver atividades articuladas de ensino, pesquisa e extensão para aprofundar conhecimentos e análises da complexa relação que envolve essa temática e as intervenções profissionais envolvendo famílias no âmbito das políticas de proteção social.

Portanto, a proposição do referido projeto de extensão considera as finalidades próprias da instituição Universidade, as diretrizes que norteiam a formação e o trabalho profissional em Serviço Social (consoante ao projeto ético-político), bem como as demandas formuladas pelos trabalhadores (particularmente, as assistentes sociais) atuantes nas políticas sociais.

A família, nas três últimas décadas em particular, adquiriu notória importância na sociedade brasileira tanto como tema de estudos e debates acadêmicos, quanto pelo lugar ocupado nas políticas sociais como agente de proteção, decorrente das diretrizes



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

adotadas pelo Estado – leiam-se os governos nas esferas municipal, estadual e federal – em face da Constituição Federal de 1988, da perspectiva de sistema de proteção social constituída e, não menos, da ideologia neoliberal que tem orientado as políticas sociais hodiernamente (Boschetti *et al.*, 2008).

Nesse contexto contraditório é que se configura a centralidade das ações na família, especialmente em programas das políticas de assistência social e de saúde, concomitantemente a redução das responsabilidades do Estado na garantia e provimento de bens e serviços à satisfação das necessidades sociais. Dessa relação resultam os rumos das políticas sociais que se revelam, cada vez mais, em processos de responsabilização das famílias na provisão de bem-estar social (Miotto, 2012, 2016), nos quais os assistentes sociais, mas não exclusivamente, estão diretamente implicados.

Para o Serviço Social a articulação entre os aportes teórico-metodológicos e ético-políticos ainda é um desafio na profissão, pois essas duas dimensões que compõem a ação profissional buscam afirmar o projeto profissional, porém acabam por esbarrar muitas vezes no tecnicismo das ações. Mesmo que se tenha superado metodologias que já não correspondem à profissão, visualiza-se ainda uma dificultando na criação de uma identidade profissional e conseqüentemente na materialização do projeto profissional. Segundo Miotto e Lima (2020) há dois pontos principais para que isso ocorra: a conjuntura política nacional e o crescente movimento neoconservador presente na profissão.

Embora o campo profissional do Serviço Social se constitua posicionado eticamente em defesa dos direitos de cidadania e dos direitos humanos – cujas garantias pelo Estado se confrontam aos pressupostos neoliberais e, por conseguinte, a constituição seletiva, focalizada, segmentada de políticas sociais, indubitavelmente impactando as intervenções profissionais – não são incomuns discursos e práticas contraditórias, conservadoras, normalizadoras no âmbito da proteção social, as quais, contrariamente, reiteram determinadas responsabilidades às famílias e às mulheres. Essas responsabilidades foram/são construídas e disseminadas histórica e socialmente como atributos naturais. Imperativo, portanto, questionamentos e reflexões acerca do trabalho social com famílias, dos quais a proposta de extensão voltada à formação



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

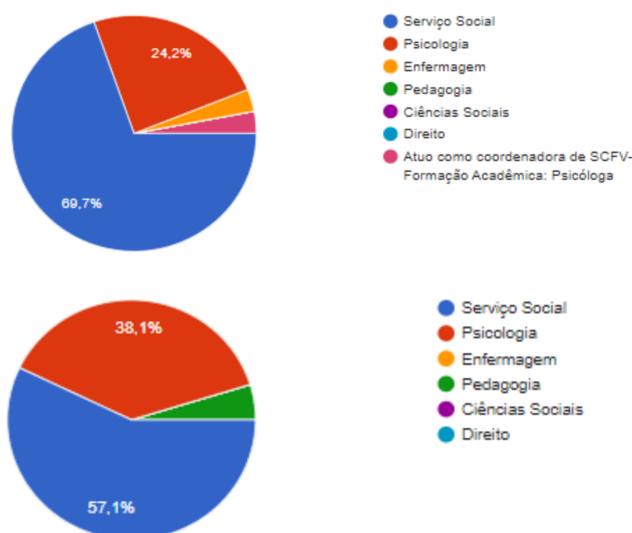
profissional continuada constitui uma possibilidade para essa interlocução entre o trabalho profissional, a realidade social e seus múltiplos determinantes.

O TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS: APONTAMENTOS DOS PROFISSIONAIS DAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SAÚDE

Apresenta-se aqui, as informações coletadas junto às/aos profissionais das políticas sociais de assistência social e saúde sobre o trabalho social com famílias desenvolvido. A coleta dessas informações ocorreu através de perguntas objetivas e dissertativas que visaram caracterizar e compreender as ações profissionais junto às famílias.

De modo introdutório os/as profissionais que participaram da pesquisa indicaram sua profissão, município, política, serviço e tempo de atuação. O Gráfico 1 apresenta os dados das/os participantes do estudo por turma de realização do curso de formação, sendo a turma 1 com 33 respostas e a turma 2 com 21 respostas.

Gráfico 1: Profissões participantes do estudo - Turma 1 e Turma 2



Fonte: Elaboração própria (2024).



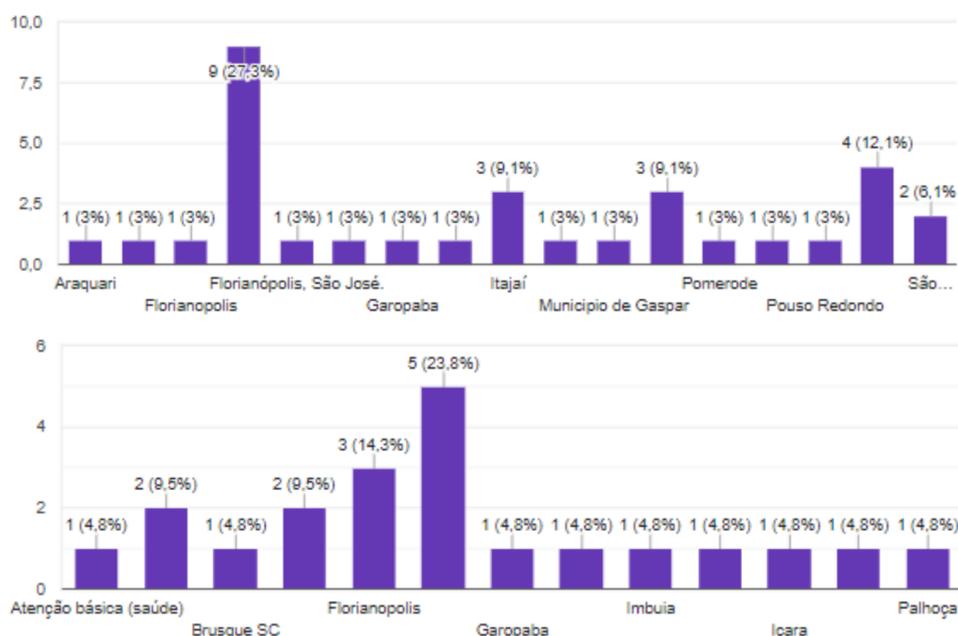
Encontro Nacional de Pesquisadoras e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Importante destacar a ampla maioria de Assistentes Sociais participantes em ambas as turmas do curso de formação seguida da presença de Psicólogos/os e Pedagogas/os.

Gráfico 2: Municípios de atuação participantes do estudo - Turma 1 e Turma 2



Fonte: Elaboração própria (2024).

A respeito dos municípios em que atuam as/os profissionais, tem-se o estado de Santa Catarina como predominante e entre as cidades presentes, Florianópolis ganha relevância, além de Garopaba, Brusque, São José e Itajaí.

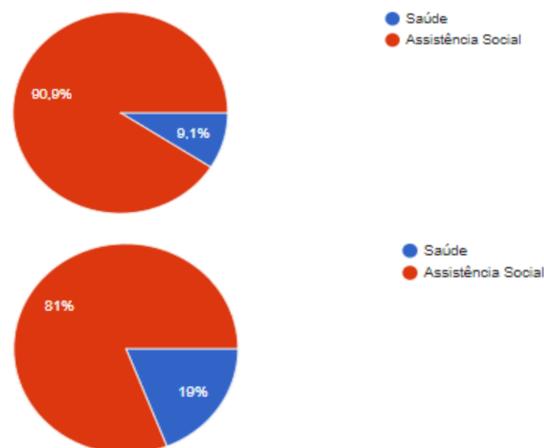


Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Gráfico 3: Política de atuação participantes do estudo - Turma 1 e Turma 2



Fonte: Elaboração própria (2024).

No que se refere às políticas em que atuam as/os profissionais a predominância é a área da Assistência Social e, em menor proporção, a área da Saúde.

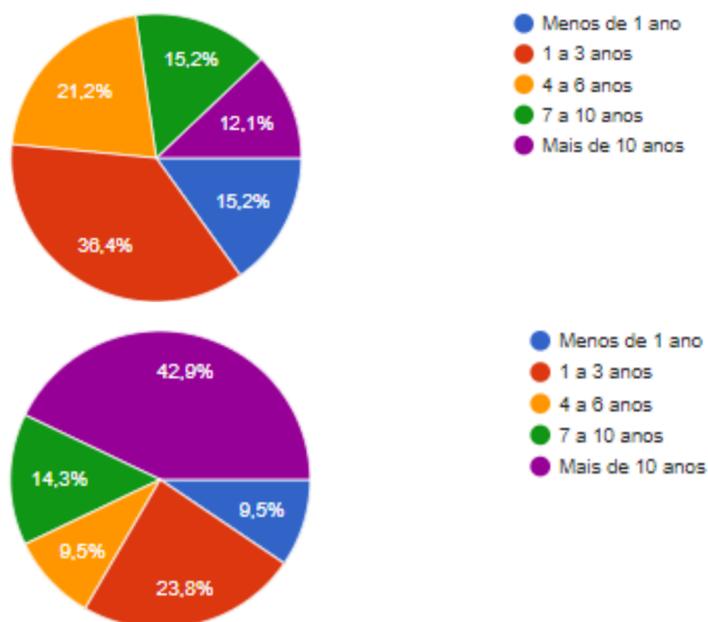


Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

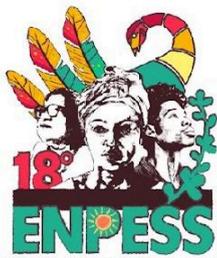
Gráfico 4: Tempo de atuação participantes do estudo - Turma 1 e Turma 2



Fonte: Elaboração própria (2024).

Já no que se relaciona ao tempo de atuação de cada profissional o Gráfico 4 demonstra uma ampla diversidade. Na turma 1 é predominante profissionais com 1 a 3 anos de atuação e na turma 2 profissionais com mais de 10 anos de atuação.

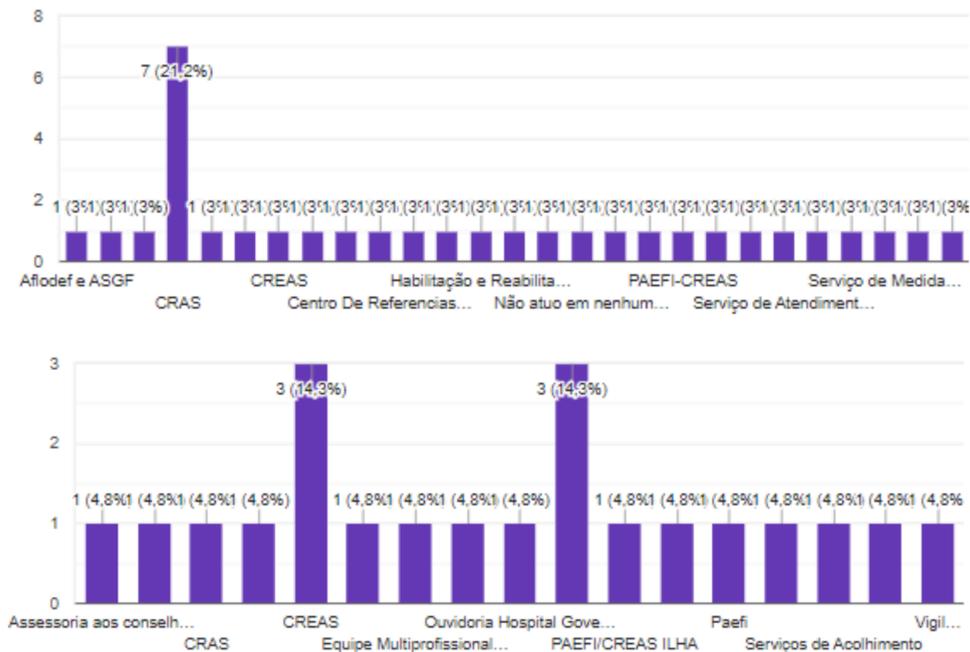
Gráfico 5: Serviço de atuação participantes do estudo Turma 1 e Turma 2



Encontro Nacional de Pesquisadoras e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social



Fonte: Elaboração própria (2024).

Em relação aos serviços em que as/os profissionais atuam, tem-se os Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e os Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) como centrais dentre os serviços presentes.

Apresentados os dados que caracterizam as/os profissionais e suas áreas de atuação, passa-se à análise de algumas questões abertas sobre o desenvolvimento do trabalho social com famílias nos serviços sociais. Segundo Miotto e Lima (2020) a atuação profissional e seu processo de intervenção são guiadas pelos tipos de demanda e suas complexidades, suas quantidades e os recursos para lidar com elas. Esses fatores fazem parte da dimensão técnico-operativa do trabalho, que ocorre durante as intervenções e não é dada “a priori”. O processo interventivo abarca uma série de elementos que dialogam entre si, os atos, os instrumentos utilizados, os recursos disponíveis, todas estas questões se “alargam e estreitam” durante a ação, dando “direção e intencionalidade” à atuação profissional.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Em relação ao público alvo dos serviços de atuação das/os participantes pode-se indicar que são: indivíduos/famílias em situação de violência e violação de direitos e/ou famílias/indivíduos em situação de vulnerabilidade social.

Pessoas em situação de vulnerabilidade social (nulo ou precário acesso à renda), beneficiários de benefícios sociais (Programa Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada), Pessoas com vínculos familiares fragilizados (passaram ou correm risco de passar por situação de violação de direitos, geralmente também está atrelado ao precário acesso à renda ou acesso às demais políticas públicas (Profissional 1).

As principais características das famílias atendidas nos serviços sociais em sua maioria, são: i) beneficiárias do Programa Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada, que provém a sustentação das famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica; ii) chefiadas por mulheres, com pouca ou nenhuma rede de apoio; iii) trabalhadoras informais e sobrecarregadas com demandas advindas das violações de direitos que recaem sobre a família. A maioria sinaliza que são famílias monoparentais, centralizadas na figura da mulher, sendo estas mães solas. É notável, na maioria das respostas obtidas, o apagamento do quesito raça/cor destas mulheres. Entretanto, são poucas/os as/os profissionais que utilizam o marcador de raça/cor somado ao de gênero para definir as características do público atendido, como afirma a/o Profissional 2.

Em sua maioria são famílias de baixa renda, beneficiários do bolsa família e BPC (em alguns casos), predominância de pessoas pardas (negras), com crianças que frequentam escolas públicas e rede de saúde SUS. Alguns trabalham com carteira assinada e outros possuem a dificuldade de se inserir no mercado de trabalho devido à cuidados com crianças. Os adultos em sua maioria não possuem graduação e acompanhamos alguns casos de jovens e adolescentes em situação de evasão escolar. Muitas famílias possuem vínculos fragilizados (Profissional 2).

As/os profissionais também responderam sobre quais indicadores sociais consideram para a análise das situações familiares. A maioria afirma que as famílias, ao acessarem os serviços, são caracterizadas por marcadores de raça/etnia, gênero, território, renda, moradia e composição familiar, informações que estruturam o trabalho social.

Gênero, classe, raça/etnia, acesso a educação, acesso a serviços e políticas sociais, trabalho e renda, moradia, acessibilidade, transporte público, rede de apoio familiar e comunitária (Profissional 3).

Emprego/renda, acesso a bens e serviços, presença de rede de apoio social/familiar, fator de risco e proteção e outros (Profissional 4).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Sobre como se desenvolvem o trabalho social com famílias no cotidiano dos serviços em que atuam, as/os profissionais afirmam que ocorre através de ações que acolhem e direcionam as demandas, construindo um plano individual e coletivo de atendimento. Através de escuta acolhedora e qualificada busca-se viabilizar direitos e promover autonomia dos sujeitos.

Através do acompanhamento sistemático (atendimentos individuais e familiares, visitas domiciliares e institucionais, estudos de caso), articulação com a rede de atendimento (Profissional 5).

Planejando e desenvolvendo ações interventivas junto à família com vistas à superação da situação de violação, mitigando possíveis riscos aos quais possam estar expostos e articulando ações junto à rede de proteção e demais políticas públicas (Profissional 6).

Os processos de gestão e planejamento abrangem as ações implicadas nas diferentes formas de organizar o exercício profissional, este conjunto de ações que muitas vezes são tidos como mera burocracia institucional, possuem extrema relevância, como apontam Mioto e Lima (2020; 2009), sendo complexo e desafiador introduzir estas ações no cotidiano profissional. Com isto, verificou-se a necessidade debater este ponto durante o curso para que fosse possível compreender como estas ações ocorrem em meio às crescentes demandas emergenciais que ocorrem no cotidiano e retiram o tempo de construção de práticas efetivas de intersectorialidade ou de gestão das relações interdisciplinares e interinstitucionais.

Dessa forma, as ações de gestão e planejamento desenvolvidas no trabalho com famílias abarca aquilo que organiza, sistematiza e racionaliza, sendo necessário aplicar intencionalidade e direcionalidade a estas ações, tendo objetivos pré-estabelecidos (Mioto; Lima, 2020). Assim, de acordo com as/os profissionais, estas ações são direcionadas em seus atendimentos para coletivização das necessidades, proporcionando grupos reflexivos compartilhando vivências e identificando as demandas sociais, propiciando a autonomia para pensar estratégias em conjunto. Indicaram possibilidades e desafios no trabalho social com famílias.

Levantamento dos serviços existentes no territórios, elaboração do plano de acompanhamento familiar em conjunto com a mesma, envio de relatório aos demandante, conforme prazo, análise das estratégias a serem utilizadas com a família. Implantado o fluxo de atendimento da secretaria de assistência social (Profissional 7).

Ações de planejamento são realizadas cotidianamente, desde a estruturação da abordagem a ser utilizada no atendimento (orientações, reflexões, encaminhamentos) até a articulação com a rede para garantia de acesso a direitos e tomada de decisões (contatos, reuniões, estudos de caso, etc).(Profissional 8).

Cabe reiterar que a organização de banco de dados, assessorias, articulações com a rede, fundamentação de relatórios e protocolos são dificultadas pela realidade da atuação profissional, pois há uma imprecisão e insuficiência nos dados além da precarização do trabalho que tornam estas ações ainda mais complexas.

Partindo para o eixo político-organizativo Mioto e Lima (2020; 2009) argumentam que, para que as/os profissionais possam efetivamente influenciar e implementar políticas públicas, é fundamental o envolvimento ativo nas dimensões político-organizativas, buscando não apenas a execução das ações previstas, mas também a promoção de mudanças estruturais que atendam às demandas sociais emergentes. Portanto, partindo desta concepção, trouxe-se a tona para o curso de modo a constatar e discutir como as/os profissionais atuam neste campo, uma vez que se está num contexto político desfavorável à constituição de sujeitos políticos coletivos.

Assim, as ações político-organizativas desenvolvidas no trabalho com famílias pelas/os trabalhadoras/es, enfatizam como imprescindível a inserção e mobilização dos sujeitos nos espaços públicos, fazendo com que estes se tornem protagonistas, exercendo direitos garantidos (Mioto; Lima, 2020, 2009).

Procura-se trabalhar o protagonismo das famílias, avaliando suas potencialidades e incentivando a inserção em outros espaços de acordo com elas. Como, por exemplo, trabalhando a importância de inserção em espaços como os Conselhos, informando referente seus direitos e atuando de forma a mediar seu processo de reconhecimento como um cidadão. Procurando retirar a visão do assistencialismo, já que muitas vezes vêem benefícios como a cesta básica como uma ajuda e não como um direito a alimentação. Pela própria falta de acesso acabam trazendo em seu discurso em alguns momentos um sentimento de "inferioridade" ou de "menos capazes", diante disso procura-se a partir dos atendimentos, grupos e inserção em outros espaços que percebam suas potencialidades e capacidades. Esse é um trabalho difícil, já que a maior parte de nossos usuários vem de uma história de privação desde suas infâncias e até mesmo gerações anteriores (Profissional 9).

Outra profissional refere:

Reflexões com as famílias atendidas, mobilização nos grupos para participar de reuniões do CRAS na unidade e de conferências e eventos socioassistenciais (Profissional 10).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Verifica-se a importância do curso de trabalho social com famílias e a discussão sobre a ocupação dos espaços, uma vez que a formação de modo continuado auxilia nos debates contemporâneos que se apresentam no cotidiano profissional.

No que corresponde às ações socioassistenciais desenvolvidas no trabalho com famílias, foi possível identificar que a concessão de benefícios, atendimentos individuais e coletivos, encaminhamentos, orientações dentre tantas outras demandas fazem parte destas ações que visam atender as necessidades dos sujeitos.

Encaminhamentos diversos, principalmente para a inclusão no CadÚnico. Concessões de benefícios eventuais (alimentação, funeral e natalidade), orientações diversas entre elas para participação de espaços para fortalecimento de vínculos familiares e ou comunitários ou controle social ou de aprendizagem e lazer.” (Profissional 11).

Atendimentos individuais e coletivos; a construção do plano de acompanhamento familiar; visitas domiciliares, encaminhamentos para outros serviços da assistência social e de outras políticas. Acolhida individual e coletiva. Discussão de casos. Concessão de benefício eventual (Profissional 12).

Todas estas ações compõem os processos socioassistenciais realizados pelas/os profissionais, podendo ser de natureza educativa, emergencial ou pericial (Miotto; Lima, 2020). Cada uma destas categorias corresponde a um determinado tipo de demanda citada pelas/os profissionais, mas que possuem objetivos distintos.

As ações educativas partem da informação mais elementar sobre as rotinas e o cotidiano dos serviços até chegar ao diálogo que busca efetivar, dentro das possibilidades de cada um, a participação em projetos coletivos, que debatam publicamente as demandas que comprometem o exercício da cidadania individual, pois a maior das dificuldades e falências singulares é expressão da questão social (Miotto; Lima, 2020).

Quando nos voltamos para as ações emergenciais é possível compreender que é neste campo em que se dão a maioria das práticas, uma vez que são inúmeras as demandas reprimidas devido a precarização do trabalho. Portanto, aqui se concentram violações das mais diversas, como alimentação, mobilidade, lazer etc, sendo realizados atendimentos individuais e encaminhamentos que possam suprir as necessidades de modo mais imediato possível ao usuário.

E tem-se as ações periciais que subsidiam as decisões de outros profissionais (Miotto; Lima, 2020). Normalmente estas são demandadas pelo âmbito judiciário às/aos profissionais que atuam nas políticas de saúde e assistência social, exigindo o



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

conhecimento sobre a realidade das/os usuárias/os para que as decisões concedam e não retirem direitos.

Por fim as/os profissionais indicaram quais as principais possibilidades e desafios no trabalho com as famílias. Sobre as potencialidades a maioria respondeu: promover o fortalecimento da cidadania e a vinculação do usuário com a rede socioassistencial, a autonomia relativa das profissionais, o trabalho em equipe que permite trocas e o desenvolvimento de novas estratégias e espaços de diálogos e construções que transcendam as demandas pontuais apresentadas ao serviço.

E como dificuldades apontaram: as estruturas precarizadas dos serviços, os poucos profissionais e demandas emergenciais, a burocratização de processos, somada a ausência de recursos, a inexistência de planejamento da gestão quanto às licitações e benefícios, o excesso de demandas, o conservadorismo, a responsabilização dos usuários e a judicialização das demandas sociais.

Acredito que as possibilidades e desafios costumam caminhar juntos no dia a dia da Política de Assistência Social. Desta forma, pontuo de modo geral: fortalecimento das ações intersetoriais, melhor organização e planejamento das ações/estratégias no trabalho com as famílias, sistematização dos dados, organização do tempo de trabalho considerando a quantidade de demanda, qualificar os trabalhadores e famílias para participação nos espaços de controle social, construir com a rede uma mudança na perspectiva de individualização das responsabilidades para uma não responsabilização das famílias (Profissional 13).

O trabalho social com famílias é extremamente potente ao passo em que promove mudanças significativas na realidade social dos indivíduos, no entanto, há de se considerar como um grande desafio a escassez do sistema de proteção social, a insuficiência de políticas públicas e a dificuldade no trabalho em rede (Profissional 14).

É fundamental que os profissionais reflitam sobre a sua ação, para ser possível materializar o projeto profissional de acordo com a teoria social crítica. É possível pensar a dimensão técnico-operativa sem cair em um tecnicismo, nomeando e caracterizando as ações profissionais, dando intencionalidade e direção no agir profissional (Mioto; Lima, 2020).

A ação profissional abarca as dimensões teórica, ética e técnica. Tais dimensões devem ser articuladas com os processos de gestão e planejamento, socioassistenciais e político-organizativos, permitindo conferir uma identidade profissional nos diferentes espaços sócio ocupacionais. A utilização destes processos deve servir para guiar as



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

ações profissionais em uma perspectiva tridimensional, opondo-se ao ponto de vista unidimensional dado pelas instituições (Miotto; Lima, 2020).

É preciso refletir sobre as demandas que se apresentam nos serviços para além da sua aparência, compreendendo-as como expressões da questão social. Portanto, é necessário compreender e refletir sobre sua intervenção ao definir concretamente a intenção das ações.

O trabalho social com famílias desenvolvido por profissionais de diferentes áreas requer qualificação permanente a fim de transcender o conservadorismo e a responsabilização das famílias e responder às demandas cada vez mais complexificadas.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação continuada no trabalho social com famílias almejou promover, a partir de metodologias integradas, a superação de práticas profissionais que reforçam expectativas e papéis tradicionais das famílias, em particular das mulheres, nos cuidados familiares e, por conseguinte, no provimento de bem-estar de seus integrantes, bem como mudanças nas dinâmicas dos serviços no sentido tanto de desresponsabilizar às famílias como única ou principal instância de provisão do bem-estar, quanto de ofertar serviços sociais de qualidade aos cidadãos usuários.

Assim, a experiência de extensão universitária possibilitou indubitavelmente às/aos profissionais participantes repensarem suas concepções e práticas nos processos de trabalho social com famílias. O como fazer é fundamental no debate que busca garantir o movimento, consolidando a legitimidade do atual projeto profissional (Miotto; Lima, 2020). Isto reitera a importância do aprimoramento e continuidade de ações de extensão que contribuam para as intervenções no âmbito das políticas sociais, no sentido de melhorar a qualidade dos serviços assistenciais e de saúde ofertados às famílias e convergir à sua cidadania e, não menos, à materialização do próprio projeto ético-político do Serviço Social.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

REFERÊNCIAS

BOSCHETTI, Ivanete, *et al.* (Orgs.). **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008.

MIOTO, Regina Celia Tamasso. Processos de responsabilização das famílias no contexto dos serviços públicos: notas introdutórias. In: SARMENTO, Helder B. M. (Org.). **Serviço Social: questões contemporâneas**. Florianópolis: Ed. da UFSC, v. 1, p.125-138, 2012.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Trabalho social com famílias: entre as amarras do passado e os dilemas do presente. In: TEIXEIRA, Solange Maria (Org.). **Política de assistência social e temas correlatos**. Campinas: Papel Social, 2016, p.215-231.

MIOTO, Regina Célia Tamasso; LIMA, Telma Cristiane Sasso de. Ação Profissional: processos e características técnico-operativas. In: NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro *et al* (org.). **Estado, Políticas Públicas e a Ação Profissional de Assistentes Sociais**. Paraná: Edunioeste, 2020, p. 137-156.

MIOTO, Regina Célia Tamasso; LIMA, Telma Cristiane Sasso de. A dimensão técnico-operativa do Serviço Social em foco: sistematização de um processo investigativo. **Textos e Contextos**: Porto Alegre, v. 8, n. 1, 2009, p. 22–48. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/article/view/5673>. Acesso em: 28 ago. 2024.